



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

JANAÍNA DE CÁSSIA DA COSTA ASSIS

**VOLUNTARIADO: UM ESTUDO REALIZADO NO GRUPO DE APOIO AO
PACIENTE ONCOLÓGICO (GAPO) EM CAMPINA GRANDE/PB**

Campina Grande
2011

JANAÍNA DE CÁSSIA DA COSTA ASSIS

**VOLUNTARIADO: UM ESTUDO REALIZADO NO GRUPO DE APOIO AO
PACIENTE ONCOLÓGICO (GAPO) EM CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Ms. Alecsonia Pereira Araújo

Campina Grande/PB
2011

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial Luiza Erundina – Serviço Social – UEPB

A848v Assis, Janaína de Cássia da Costa.
Voluntariado [manuscrito] : um estudo realizado no Grupo de Apoio ao Paciente Oncológico (GAPO) em Campina Grande/PB / Janaína de Cássia da Costa Assis. – 2011.
31 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Alecsonia Pereira Araujo, Departamento de Serviço Social”.

1. Serviço Social. 2. Terceiro Setor. 3. Trabalho Voluntário. 4. Atuação Profissional. 5. Grupo de Apoio ao Paciente Oncológico (GAPO). I. Título.

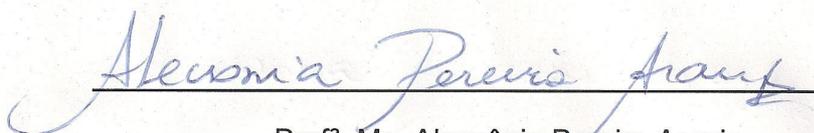
21. ed. CDD 361.3

Janaina de Cássia da Costa Assis

VOLUNTARIADO: um estudo realizado no Grupo de Apoio ao
Paciente Oncológico (GAPO) em Campina Grande/Pb

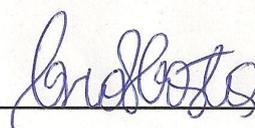
Aprovado em 19/08/2011

BANCA EXAMINADORA

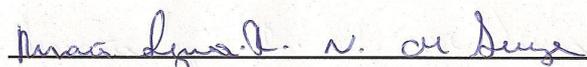


Profª. Ms. Alecsônia Pereira Araujo

Orientadora



Profª Ms. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa



Profª Ms. Renata Ligia Rufino Neves de Souza

Campina Grande/PB

2011

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Identificação do nível de escolaridade dos profissionais voluntários entrevistados no GAPO	20
Tabela 02	Especificação acerca do estado civil, segundo os profissionais voluntários entrevistados no GAPO	21
Tabela 03	Especificação acerca do tempo que é voluntário no GAPO, segundo os profissionais entrevistados	23

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Identificação da faixa etária, segundo os profissionais voluntários entrevistados no GAPO	19
Gráfico 02	Identificação da formação dos profissionais voluntários entrevistados no GAPO	21
Gráfico 03	Especificação acerca da inserção no Mercado de Trabalho, segundo os profissionais voluntários entrevistados no GAPO	22
Gráfico 04	Especificação do total da carga horária dos profissionais voluntários no GAPO, segundo os entrevistados	24

SUMÁRIO

RESUMO	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 TERCEIRO SETOR: CONCEITOS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES....	9
2.2 Surgimento e formação do terceiro setor	10
3 CARACTERIZANDO O VOLUNTARIADO	14
3.1 As motivações para o trabalho voluntário	15
4 GRUPO DE APOIO AO PACIENTE ONCOLÓGICO-GAPO: UM BREVE HISTÓRICO	17
5 ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA	18
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27
APÊNDICES	29

VOLUNTARIADO: UM ESTUDO REALIZADO NO GRUPO DE APOIO AO PACIENTE ONCOLÓGICO (GAPO) EM CAMPINA GRANDE/PB

Janaína de Cássia da Costa Assis

RESUMO

Este estudo é fruto de uma pesquisa de campo de caráter quanti-qualitativo, realizada no mês de outubro de 2010, no Grupo de Apoio ao paciente Oncológico (GAPO), situado em Campina Grande/PB. O mesmo teve como objetivo traçar o perfil dos profissionais do GAPO, bem como identificar os motivos que os levaram a serem voluntários. Os sujeitos da pesquisa corresponderam a 9 (nove) voluntários, correspondendo ao universo no período de realização da pesquisa. Para tanto, a coleta de dados se deu a partir da entrevista do tipo semi-estruturada, enquanto que para análise dos dados utilizamos técnica da análise de conteúdo. A partir dos resultados evidenciamos que todos os voluntários do GAPO são do sexo feminino, apresentando uma variação quanto ao estado civil e ao nível de escolaridade. No que se refere aos motivos que mobilizaram os profissionais do GAPO em direção ao trabalho voluntário, obtivemos dois aspectos fundamentais, um de cunho pessoal e outro social. Assim, podemos concluir que na realidade do GAPO tornar-se voluntário está relacionado as motivações eminentemente altruístas.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Trabalho Voluntário. Grupo de Apoio ao Paciente Oncológico (GAPO).

ABSTRACT

This study is the result of a field survey of quantitative and qualitative nature, held in October 2010, the Support Group for Cancer patients (GAPO), located in Campina Grande / PB. The same was aimed at profiling the GAPO professionals as well as identify the reasons that led them to volunteer. The subjects responded to nine (9) volunteer, representing the universe in the period of the research. To this end, the collection of data was from the interview semi-structured, while for data analysis technique used content analysis. The results evidenced that all GAPO volunteers are female, a variation on the marital status and education level. With regard to the reasons that professionals GAPO mobilized into volunteer work, we had two fundamental aspects of a personal and a social nature. Thus, we conclude that the reality of becoming a volunteer GAPO is related predominantly altruistic motivations.

Keywords: Third Sector. Volunteer. Patient Support Group Cancer (GAPO).

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como objetivo investigativo traçar o perfil dos profissionais do Grupo de Apoio ao Paciente Oncológico (GAPO) em Campina Grande/PB, bem como identificar os motivos que os levaram a serem voluntários.

A temática em torno do voluntariado e do terceiro setor¹ ganha notoriedade nos anos 1990, quando das transformações societárias, com os pressupostos da política neoliberal, que minimiza as ações do Estado no que se refere ao social. Este por sua vez transfere parte de suas responsabilidades no trato da questão social² para a sociedade civil, intensificando o discurso favorável ao denominado terceiro setor.

No Brasil, assim como em outros países, ocorre o crescimento do terceiro setor que, por sua vez, existe simultaneamente com dois outros setores: primeiro setor, representado pelo governo, correspondendo assim às ações do Estado com fins públicos, tanto no âmbito municipal, estadual, como federal; e o segundo setor, representado pelo mercado, ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos.

De acordo com Goldberg (2001), não há estatísticas oficiais que acompanhem o crescimento do setor não lucrativo no Brasil ou das organizações da sociedade civil voltadas para o bem público. Entretanto, mesmo sem contar com informações sistematizadas, é notória a expansão do terceiro setor e da compreensão do trabalho voluntário como um forte instrumento de ação na área social, a partir de meados da década de 1990.

Portanto, considerando que o trabalho voluntário ganha novos sentidos e significados na atualidade, buscamos desvelar e compreender este fenômeno, em sua complexidade, no GAPO.

¹ Para Montaño (2007, p. 53) “[...] o termo Terceiro Setor é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil” (“terceiro setor”). [...] Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista. Ainda para esse autor, não se tem que estudar as ONG’s, as fundações, as associações comunitárias, os movimentos sociais, entre outros, mas sobretudo, considerar os processos como a reestruturação produtiva, a reforma do Estado, enfim, estudar as transformações do capital promovidas segundo os postulados neoliberais.

² Por questão social, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e trabalho (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21).

O interesse pela temática surgiu durante as nossas observações enquanto estagiárias do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, realizado no GAPO, do qual a motivação se deu das inquietações de compreender porque os profissionais que lá atuam são todos voluntários.

O referido trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no GAPO, a qual teve como sujeitos os voluntários que trabalhavam na associação no mês de outubro de 2010, correspondendo a um universo de 9 (nove) profissionais.

Nesta perspectiva, este estudo se deu a partir de uma pesquisa de campo, tipificada enquanto uma pesquisa quanti-qualitativa, visto que a análise se propôs a trabalhar discursos, falas e opiniões, na perspectiva de verificar as tendências presentes.

De acordo com Minayo (1994, p. 22) “[...] o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

O referencial teórico-metodológico inspira-se no método dialético marxista e no que se refere aos procedimentos e instrumentos de coleta de dados utilizamos à entrevista, orientada por um roteiro semi-estruturado (que seguem em anexo), tendo em vista que este instrumento pareceu adequado à captura dos dados necessários a nossa investigação, pois de acordo com Triviños (1987, p. 146) entrevista semi-estruturada, em geral, é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas.

Para a análise e interpretação dos dados obtidos a partir das entrevistas utilizamos a técnica da análise de conteúdo das falas para subsidiar a compreensão do assunto abordado.

Dessa forma, o artigo encontra-se dividido em três etapas: na primeira tecemos uma breve discussão acerca do terceiro setor e do voluntariado, posteriormente apresentamos o GAPO, caracterizando o *lócus* da pesquisa e em seguida descrevemos e analisamos os dados da pesquisa

A última etapa corresponde às considerações finais e as referências que subsidiaram a construção do conhecimento em torno da temática. Por fim, este trabalho apresenta os apêndices.

Dada às limitações estruturais deste trabalho, e entendendo a relevância da temática aqui abordada, acreditamos não esgotar a temática em pauta, mas esperamos contribuir para uma maior compreensão e reflexão acerca do assunto aqui exposto.

2 TERCEIRO SETOR: CONCEITOS E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O Terceiro Setor se tornou nos últimos anos uma “temática que vem ocupando um espaço cada vez mais significativo dentro do quadro político social brasileiro” (PEREIRA, 2004, p. 1).

Para entendermos o que é o Terceiro Setor devemos identificar o que se denomina de Primeiro e Segundo Setor.

Nesse sentido, em uma conceituação de cunho tradicional, o Primeiro Setor é o Estado, representado por entes políticos (Prefeituras Municipais, Governos dos Estados e Presidência da República), além de entidades ligadas aos Ministérios, Secretarias, Autarquias, entre outras, ou seja, chamamos de Primeiro Setor, o Setor público, que exerce atividades públicas. No que se refere ao Segundo Setor, está relacionado ao Mercado (Empresas), compostos por entidades privadas que exercem atividades privadas, ou seja, atuam em benefício próprio e particular.

Quanto à questão conceitual do Terceiro Setor, não há um consenso por parte daqueles que pesquisam a temática, havendo assim diversas definições. Entre eles, podemos citar Fernandes (1994, p. 21), o qual conceitua da seguinte forma:

[...] um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. “Bens e serviços públicos”, nesse caso implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas (FERNANDES, 1994, p. 21).

Compartilhando e acrescentando alguns aspectos ao conceituar o terceiro setor, Rothgiesser (2002, p. 2) sinaliza que seriam “[...] iniciativas privadas que não visam lucros, iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado”. O referido

autor ainda ressalta que neste setor os cidadãos participam de modo espontâneo e voluntário, em ações que visam ao interesse comum.

O conceito mais difundido atualmente, segundo Gonçalves (1999, p. 2), é o de que se trata de uma esfera da atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas voluntárias, sem fins lucrativos no sentido do bem comum.

Conforme Montaño (2007), o conceito de Terceiro setor, surgiu em 1978 nos Estados Unidos (EUA), através de Jonh D. Rockefeller III, sendo, portanto, fruto das transformações ocorridas no mundo do capital e produto de tais transformações.

De acordo com Montaño (2007) o Terceiro Setor tem que ser compreendido a partir de uma perspectiva de totalidade.

Desta forma, o que é chamado de “Terceiro Setor”, numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda mútua (MONTAÑO, 2007, p.186).

Portanto, Terceiro Setor é constituído por instituições (associações ou fundações privadas) não governamentais, sem fins lucrativos, que expressam a sociedade civil organizada, com a participação de voluntários, no intuito de produzir bens e serviços públicos em diferentes áreas e segmentos.

2.2 Surgimento e formação do terceiro setor

No Brasil, o conceito de Terceiro Setor chegou através de um funcionário da fundação Roberto Marinho mostrando, portanto, sua intrínseca ligação com o capital, ganhando expressões no contexto dos anos 1980 e 1990 caracterizado por transformações societárias, onde ocorre uma diminuição dos direitos sociais devido aos preceitos da política neoliberal, que passa a minimizar o Estado para atuação no âmbito social.

Contudo, as organizações que compõe o chamado Terceiro Setor evidentemente não são novas. Originaram-se da participação de entidades sem fins

lucrativos no Brasil, que é datada no final do século XIX. Podemos até mesmo citar o exemplo das Santas Casas na segunda metade do século XVI que revela uma tradição da presença das igrejas cristãs que atuavam prestando assistência à sua comunidade. Temos como destaque a Igreja Católica, que com auxílio do Estado, era responsável pela maior parte das entidades que prestavam algum tipo de assistência às comunidades mais carentes, que ficavam às margens das políticas sociais básicas de saúde e educação. A atuação das igrejas, simultânea com o Estado, durou todo o período colonial, até início do século XIX (GESET, 2001, p. 6-7).

No século XX, surgem outras religiões, que passam a atuar no campo da caridade com fins filantrópicos associadas ao Estado juntamente com a Igreja Católica. Mas, no período Republicano, a relação Igreja e Estado mudou. Antes eles tinham o objetivo com o atendimento e a assistência das questões sociais.

Na nova fase, passam a atuar novas religiões, que semelhante a Igreja Católica beneficiavam-se também de parcerias com fins filantrópicos junto ao Estado (GESET, 2001, p. 6).

Sendo assim, além dessas novas religiões atuando em setores que até então só atuavam instituições tradicionais, outro fator que colaborou para essa mudança entre a Igreja e o Estado, foi a modernização da própria sociedade, fruto da urbanização e industrialização da época, que fez com que aumentasse a complexidade dos problemas sociais. Dado que, nesse contexto, começam a aparecer na década de 1930 várias entidades da sociedade civil, na maioria, também agregadas ao Estado. O Estado Novo deu continuidade a criação e expansão de organizações com fins públicos. Ainda nesse período continuou crescendo o número de entidades atuando no Terceiro Setor, sendo que agora não se tratava mais só de Igreja e Estado, mas também, de entidades, não governamentais, sem fins lucrativos e de finalidade pública (GESET, 2001, p. 6-7).

Nas décadas de 1970 e 1980 uma sociedade tradicionalmente hierarquizada e desigual se acentuava, pois começava a surgir movimentos sociais reivindicando direitos sociais. Portanto, o Terceiro Setor cresce a partir da década de 1970 como uma possibilidade para suprir uma necessidade social.

De acordo com diversos autores, entre eles Ferrarezi e Rezende (2002), se enquadram na classificação de instituições que compõe o Terceiro Setor uma série

de entidades conhecidas como Organizações Não-Governamentais (ONGs), associações beneficentes, sindicatos, ligas, igrejas, hospitais, e instituições educacionais não públicas, dentre outras.

Conforme o documento “Manual sobre Instituições sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais”, elaborado pela divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2002, a organização ou entidade para ser caracterizada como sem fins lucrativos e, integrar o Terceiro Setor, deve preencher, ao mesmo tempo, cinco critérios: ser privada, institucionalizada, auto-administrada, voluntária e sem fins lucrativos.

A Constituição Federal do Brasil identifica e nomeia de forma específica as organizações:

- a) Associações (art. 5º, incisos XVIII e XIX);
- b) Fundações Privadas (art. 150º, inciso VI, alínea “c”);
- c) Sindicatos (art. 8º, incisos I a VIII e art. 150º, inciso VI, alínea “c”);
- d) Partidos Políticos (art. 17º e art. 150º, inciso VI, alínea “c”);
- e) Cultos Religiosos e Igrejas (art. 19º, inciso I e art. 150º, inciso VI, alínea “b”);
- f) Serviço Social Autônomo (art. 240º e art. 62º dos atos das disposições Constitucionais Transitórias).

No entanto, vale ressaltar que no âmbito estatal, os serviços públicos estão cada vez mais precarizados em decorrência da redução de recursos destinados a área social. Isso decorre, do desmonte das políticas públicas, nacionais, básicas e sua privatização. A transferência do setor público para o privado tem contribuído para a transformação das políticas sociais, universais em residuais, seletivas e focalistas. Esse fenômeno reflete a banalização no trato à questão social, decorrente das determinações do capital.

Sob a perspectiva neoliberalizante, muitas políticas públicas são transformadas em mercadorias e vendidas, à qual têm acesso apenas àqueles que possuem capacidade de compra, deixando excluídos os que não possuem. A assistência à população excluída tem sido compartilhada com a sociedade civil, por meio de práticas filantrópicas e empresarias o que vem reforçando a desresponsabilização do Estado.

O atual domínio da política neoliberal tem aumentado a escalada de pobreza em consequência desse modelo de ajuste estrutural. Ao mesmo tempo, procura mobilizar a “sociedade civil” através do terceiro setor, incentivando o trabalho voluntário na perspectiva da solidariedade.

A articulação entre o Estado e a sociedade civil segue um processo orientado pela idéia de voluntariado e solidariedade, isso porque a relação entre a ação voluntária e solidária da sociedade civil é realizada pelas entidades identificadas como filantrópicas e terceiro setor, além de diversas outras organizações da sociedade civil.

[...] A aparente despolitização do Estado e a desestatização da regulação social resultam na necessidade da nova forma de organização política, mais vasta que o Estado, mas de que ele é o articulador, integrando um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações, em que se combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais e globais (SIMÕES, 2007, p. 406).

Nos últimos anos o governo brasileiro tem desenvolvido uma política que favorece exclusivamente ao mercado, realizando, inclusive, a redução do Estado e (especialmente nos anos de 1990 e primeira metade dos anos 2000) submetendo-se ao monitoramento de organismos internacionais. Tudo isso foi tratado como medida necessária à saída da crise do capital, apontada como responsável pelo acirramento das desigualdades e a propalada crise de governabilidade do Estado, apontada pelos representantes do capital como responsável pelo encolhimento dos direitos sociais e trabalhistas. Sabe-se, no entanto, que as desigualdades são aprofundadas com as medidas de saída da crise e que a redução dos direitos tem sido proporcionada pela contra reforma do Estado.

Nesse sentido, o trato da Questão Social, por sua vez, dar-se por meio de ações focalizadas, pulverizadas e descontínuas, nas quais os constantes cortes orçamentários revelam a precarização dos serviços sociais prestados, mesmo tendo em vista que as políticas sociais são orientadas para enfrentar problemas dos segmentos mais necessitados da população.

3 CARACTERIZANDO O VOLUNTARIADO

De acordo com a Lei nº. 9.608 – conhecida como a Lei do Voluntariado, em seu artigo primeiro, o trabalho voluntário é definido como sendo:

[...] atividade não remunerada, prestado por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou de instituições privadas de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade, não gerando vínculo empregatício nem obrigação trabalhista, previdenciária ou afim (BRASIL, 1998).

O voluntariado, da forma como é hoje praticado, tem origem nos anos 80, com a atuação das ONGs, em defesa da causa ambiental. Aos poucos essa atuação foi se ampliando para direitos do consumidor, do idoso e do portador de necessidades especiais.

Em 2001, a ONU definiu o voluntariado como sendo o jovem ou o adulto que, por interesse próprio e por espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem a contrapartida de remuneração, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de promoção do bem-estar ou ainda em outros campos.

Durante o período da sociedade industrial, principalmente a partir do início do século XX, o trabalho voluntário sofreu uma forte redução, atribuída principalmente a dois fatos: a ocorrência das grandes guerras e ao fato de que as mulheres, gradativamente, passaram a assumir outras atividades, como profissão, além de cuidarem dos seus lares.

No Brasil, diversos exemplos de organizações voltadas para o trabalho voluntário existem há vários anos, como as Santas Casas de Misericórdia, atuando desde o século XV e a Cruz Vermelha, desde 1863.

Nos anos recentes, principalmente a partir da década de 1980, o voluntariado tem crescido em abrangência, atuando em diversas áreas.

Alguns autores consideram o trabalho voluntariado como uma importante contribuição para a sociedade. De acordo com Meister (2003), que, a partir de um estudo feito em alguns países de forma empírica, essa contribuição constitui-se entre 8% e 14% do PIB. É vista como um indicador de bom governo e de

desenvolvimento, pois integra a sociedade e resgata da pobreza, do desemprego, da alienação e da prática organizacional parcelas menos favorecidas da população, além de incentivar o exercício do trabalho voluntário.

3.1 As motivações para o trabalho voluntário

O voluntário é um agente social doador “[...] que age espontaneamente, derivado da vontade própria, em que não há coação [...]” (FERREIRA, 1982, p. 335). Trata-se, portanto, de um ato espontâneo, sem o cunho de obrigação ou dever.

De acordo com Kohan (1971), Araújo (1981) e Carloni (1998) a essência motivacional do voluntariado pode ser caracterizada como sendo de ordem religiosa ou psicológica. A tônica é de doação, de crença, de valores religiosos associados as necessidades psicológicas, como formas de compensar inquietações frente a problemas sociais.

Nesse sentido, o voluntário é movido por um sentimento de justiça, demonstrando a sua insatisfação com uma realidade de desigualdades sociais entre os determinantes econômicos, políticos e sociais.

Segundo Maslow (1987), a motivação é um processo psicológico que origina de uma interação entre o indivíduo e o ambiente que o cerca. A motivação para o trabalho faz com que o indivíduo inicie um comportamento relacionado com o trabalho e determine sua forma, direção, intensidade e duração.

As motivações para o trabalho voluntário apresentam diversas funções, tais como: função de valores, ou seja, oportunidades para o voluntário expressar os seus próprios valores, altruísmo e humanismo; função de compreensão, a oportunidade para aprender e exercitar o seu conhecimento e habilidades; função social, oportunidade de estar com amigos ou fazer novos amigos; função de benefícios, relacionada com a carreira profissional que pode ser obtida através do trabalho voluntário e finalmente função de oportunidades de auto-estima e ego.

A categoria altruísmo³ está relacionada a vontade de fazer algo que lhe traga satisfação ou pela busca de contato social.

A categoria pertença inclui elementos como o fazer novos amigos, conhecer pessoas. Também relacionada com esta categoria motivacional parece estar a procura crescente de contatos institucionais.

Ainda de acordo com Maslow (1987) as recompensas ou benefícios associados ao voluntariado podem relacionar-se também com necessidades de ego e reconhecimento social. Os indivíduos esperam que o voluntariado os compense e que isso seja uma fonte de confiança e satisfação, uma fonte de respeito e reconhecimento, uma fonte impulsionadora de estatuto.

Finalmente muitos indivíduos acreditam que o voluntariado poderá ter impacto positivo na sua aprendizagem, enriquecimento pessoal e abertura de horizontes. Estes indivíduos consideram que estas são as razões mais importantes que justificam a doação do seu tempo e que fazem parte da categoria aprendizagem e desenvolvimento. Dois outros exemplos de dualidade motivacional são as motivações: carreira profissional e ter mais conhecimento e estar envolvido em programas do governo que podem também ser classificados nesta categoria de aprendizagem e desenvolvimento se forem, sobretudo, fonte de auto-realização e de conhecimento acrescido, como podem ser incluídas no reconhecimento social se forem fonte de progressão social.

Vale ressaltar que a satisfação dos voluntários é fundamental para atrair e reter estes indivíduos nas organizações e compreender o que os motiva a participarem do voluntariado é essencial.

Tal indagação foi o que nos motivou a desenvolver a presente pesquisa, vez que busca compreender os motivos que levou os profissionais do GAPO a serem voluntários.

³ A palavra altruísmo foi criada por Auguste Comte, filósofo francês, que em 1830, a caracterizou como o grupo de disposições humanas, sejam elas individuais ou coletivas, que inclinam os seres humanos a se dedicarem aos outros. Portanto altruísmo não é sinônimo de solidariedade como muitos pensam, é um conceito muito mais amplo. É um conceito que se opõe ao egoísmo (inclinações específica e exclusivamente individuais ou coletivas) (VESCE, 2011, p. 1).

4 GRUPO DE APOIO AO PACIENTE ONCOLÓGICO-GAPO: UM BREVE HISTÓRICO

O Grupo de Apoio ao Paciente Oncológico (GAPO) é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter beneficente, criada em 04 de maio de 2000, mas só começou seu trabalho com a demanda em janeiro de 2001. Surgiu por iniciativa de um grupo de profissionais que trabalhavam com paciente com câncer, assim, diante disso tais profissionais constataram, na sua rotina de trabalho, que a maioria desses pacientes e suas famílias necessitam de uma assistência psíquica e material que os auxiliem na superação da doença.

Atualmente o GAPO tem sua sede provisória, localizada na rua Siqueira Campos, n.º. 605, primeiro andar, no bairro da Prata, na cidade de Campina Grande-PB. Atendendo de segunda a quinta feira, das 08:00h às 11:00h.

Segundo relato dos profissionais voluntários, desde o início do seu funcionamento, o GAPO atende pessoas portadoras de câncer, oferecendo apoio biopsicossocial, onde os recursos são oriundos das venda de roupas e acessórios contidos em um brechó localizado na própria instituição. Os produtos do Brechó são adquiridos através de doações, tanto dos profissionais voluntários, quanto da comunidade. Outras fontes de recursos provêm da venda de artesanatos que são fabricados pelos voluntários, além de doações de cadeiras de rodas, alimentos, perucas, medicamentos etc.

O GAPO atende a pacientes da cidade de Campina Grande e cidades circunvizinhas. São mais de 800 pacientes cadastrados até hoje. Para fazer parte da instituição o usuário preenche uma ficha de inscrição, anexando cópia do diagnóstico, dos documentos CPF, RG e Cartão do SUS, comprovante de residência.

Quando o usuário solicita cesta básica, ajuda no requerimento do Benefício de Prestação Continuada, auxílio transporte para ir ao hospital fazer tratamento de Quimioterapia ou Radioterapia, etc., a assistente social do GAPO realiza uma visita para avaliar as condições sócio-econômicas da família.

Quanto ao ambiente físico, o GAPO dispõe de: um compartimento para o brechó, a recepção, uma sala para o atendimento do serviço social e psicologia, uma cozinha, um banheiro, uma sala, onde funciona a fabricação de artesanatos e

roupas para a venda no brechó e que também serve para realização de reuniões e capacitação para os voluntários.

Em relação a sua equipe, o GAPO é composto pela presidente, vice-presidente, secretária, tesoureira, psicóloga, assistente social e outras pessoas da comunidade, sendo todos profissionais voluntários.

O GAPO, conta com parcerias e apoio de diversos profissionais da área de saúde, buscado contribuir na qualidade de vida dos usuários cadastrados e realiza várias atribuições junto aos seus usuários, dentre elas podemos citar:

- a) Acompanhamento psicológico individual e/ou em grupo ao usuário e seus familiares;
- b) Assistência psicológica em domicílio ou em leitos hospitalares;
- c) Orientação e/ou apoio para usuários buscar inclusão em benefício, seja previdenciário ou assistencial;
- d) Viabilização dos tratamentos de quimioterapia e de radioterapia;
- e) Viabilização de, pelo menos, 50% do total do gasto com transporte, durante os tratamentos de radioterapia e/ou quimioterapia;
- f) Doação de cestas básicas;
- g) Empréstimos de perucas;
- h) Viabilização de alguns exames e medicamentos;
- i) Doações de cobertores e peças do vestuário;
- j) Oficinas de atividades manuais;
- k) Reuniões mensais com os pacientes com o objetivo de promover informação, socialização e entretenimento;
- l) Formação de grupos de compartilhamento.

5 ANALISANDO OS DADOS DA PESQUISA

A coleta dos dados foi realizada através da aplicação de formulários junto aos voluntários do Grupo de Apoio ao Paciente Oncológico (GAPO) em Campina Grande/PB.

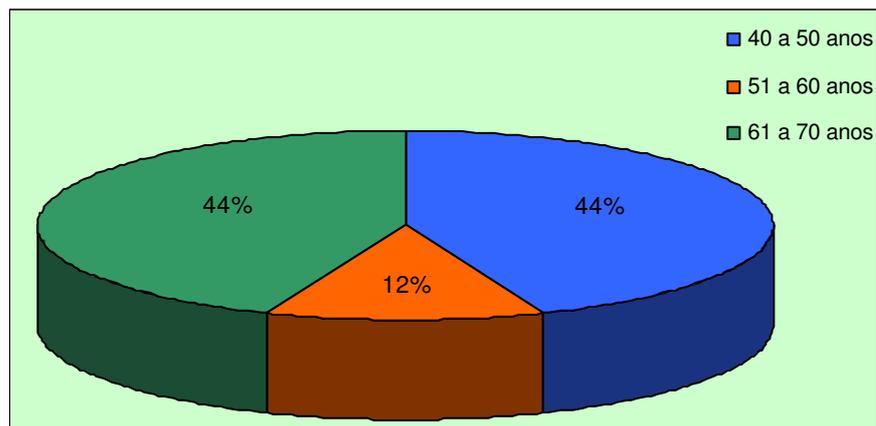
Como citado na introdução desse estudo, entrevistamos nove (09) voluntários, correspondendo a 75% da média do total dos profissionais voluntários que trabalham no GAPO, pois esse número varia conforme o período do ano, vez que sempre está chegando ou saindo novos componentes.

Os dados identitários destes profissionais, relacionam-se ao sexo, faixa etária, grau de escolaridade, formação acadêmica, estado civil, inserção no mundo do trabalho.

No que se refere à identificação dos profissionais do GAPO, quanto ao sexo constatou-se que todo o universo de profissionais é do sexo feminino.

Tal dado expressa o perfil feminino daqueles que se colocam como voluntários, construído historicamente a partir da sua origem intimamente vinculada as iniciativas das mulheres no trato à área social, devido também a presença de aspectos de solidariedade ser muito mais característico entre as mulheres em face a toda uma questão histórica e cultural que é repassada ao processo de desenvolvimento da educação familiar destinada ao sexo feminino, a qual em gênero número e grau se diferencia da educação dada aos homens.

Gráfico 01 - Identificação da faixa etária, segundo os profissionais voluntários entrevistados no GAPO



Fonte: Pesquisa realizada no GAPO em Campina Grande/PB (2010)

De acordo com o Gráfico 01, constatamos que a faixa etária predominante é entre 40 a 50 anos (44%) e com o mesmo percentual aquela acima de 60 anos (44%), havendo também uma considerável parcela entre 51 a 60 anos (12%). Tais dados revelam que há uma parcela de voluntárias que estão na sua idade produtiva

(preceitos do mercado) e com o mesmo percentual aquelas consideradas idosas, segundo o Estatuto do Idoso.

No entanto, o que observamos enquanto estagiária de Serviço Social no GAPO foi que muitas profissionais se propõe a “servir e ajudar a quem necessita”, porque dispõe de tempo livre ou já não estão mais atuando de forma integral no mercado de trabalho, vejamos as falas abaixo

Depois da aposentadoria fiquei com bastante tempo disponível, e vim aqui para o GAPO. Aqui me sinto útil, ocupo meu tempo com quem precisa e me sinto feliz [...] (Entrevista 02).

A vontade de ajudar ao próximo evita enxergar a idade chegar, ela passa e agente nem vê [...] (Entrevista 09).

Tabela 01 - Identificação do nível de escolaridade dos profissionais voluntários entrevistados no GAPO

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Nº	%
Ensino Médio Completo	2	22
Ensino Médio Incompleto	1	12
Superior Completo	4	44
Ensino Fundamental Completo	2	22
TOTAL	9	100

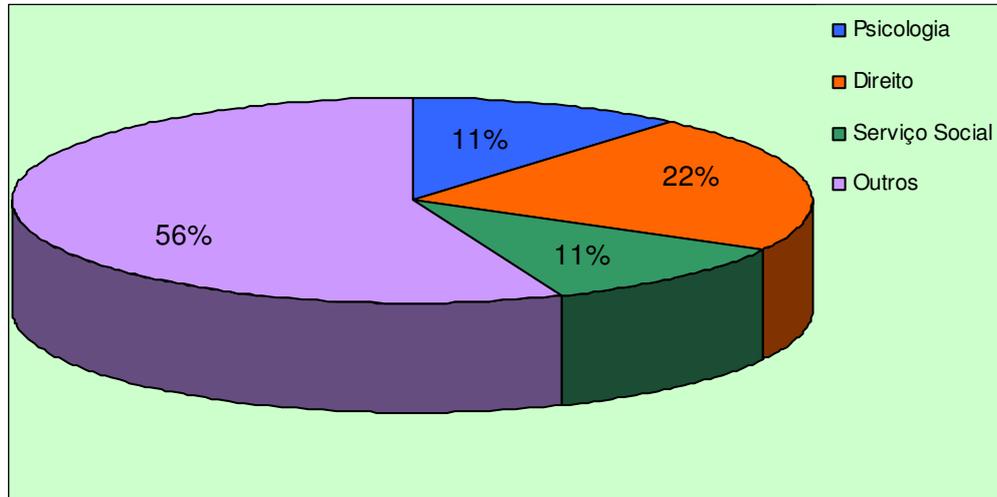
Fonte: Pesquisa realizada no GAPO em Campina Grande/PB (2010)

Quanto à escolaridade, constatamos que a predominância, ou seja, 44%, possuem ensino superior completo, o que denota possivelmente, uma qualidade no trabalho desenvolvido.

Conforme os demais dados da Tabela 01, há uma pequena parcela que não concluiu o ensino médio (12%). Por outro lado, percebemos que 22% delas cursaram o ensino médio completo, bem como também o ensino fundamental completo.

Assim, podemos concluir que no GAPO, a equipe de trabalho é composta por profissionais de vários níveis de escolaridade, o que sinaliza que qualquer pessoa pode ser voluntária, independente do grau de escolaridade ou idade, o importante é ter boa vontade e responsabilidade.

Gráfico 02 - Identificação da formação dos profissionais voluntários entrevistados no GAPO



Fonte: Pesquisa realizada na GAPO em Campina Grande/PB (2010)

O gráfico 02 revela que das profissionais entrevistadas, 22% possuem sua formação em direito, seguido de Psicologia com 11% e Serviço Social também com 11%. As demais (56%) não possuem formação superior como podemos verificar na tabela 01.

Vale ressaltar ainda que estas profissionais eram as que estavam desenvolvendo os seus trabalhos na instituição durante o período de realização da pesquisa, que se deu no mês de outubro de 2010.

Essas profissões são indispensáveis para os usuários do GAPO, uma vez que essa instituição trabalha com pessoas portadores de câncer, doença que deixa o usuário muito debilitado, necessitando de atendimento psicológico para auxiliar no aspecto emocional dos mesmos, bem como do assistente social e do profissional de direito na busca de efetivação dos direitos, muitas vezes negados.

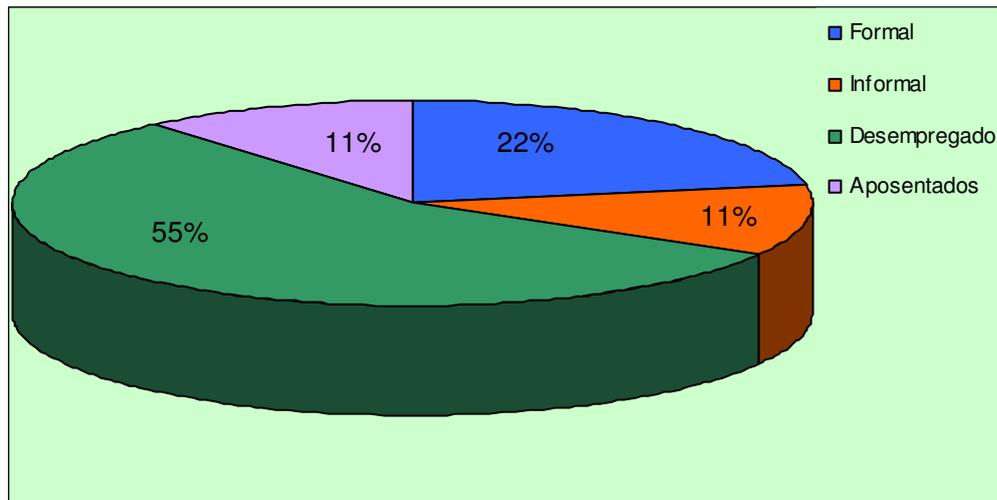
Tabela 02 - Especificação acerca do estado civil, segundo os profissionais voluntários entrevistados no GAPO

ESTADO CIVIL	Nº	%
Solteiro	4	44
Casado	4	44
Outros	1	12
TOTAL	9	100

Fonte: Pesquisa realizada no GAPO em Campina Grande/PB (2010)

Mediante os dados acima constata-se que há uma equivalência considerável quanto ao estado civil das entrevistadas, correspondendo a 44% sendo solteiras e 44 % casadas. Há ainda uma parcela de 12% que expressa outra situação. Essa equivalência revela que para ser voluntário independe o estado civil do indivíduo. Na verdade, o que prevalece é a vontade e o incentivo de cada um.

Gráfico 03 - Especificação acerca da inserção no Mercado de Trabalho, segundo os profissionais voluntários entrevistados no GAPO



Fonte: Pesquisa realizada no GAPO em Campina Grande/PB (2010)

Quanto à questão ocupacional, constata-se que 55 % das entrevistadas encontram-se desempregadas, enquanto 22% trabalham formalmente, ou seja, acobertadas pelos direitos trabalhistas. Já 11% sinalizaram estar no mercado informal, estando à margem de seus direitos. Outras 11% estão aposentadas.

Devemos destacar que este alto nível de desempregados estar relacionado ao fato de que no Brasil a acumulação flexível se impôs a partir dos anos 1990, com o governo Collor de Mello, sendo este um processo de muitos atropelos. A instabilidade monetária que marcou a década de 1990 foi decisiva no aprofundamento da crise, sendo que esta crise já vinha dando sinais desde 1980, ou seja, impactos trazidos pela economia de mercado globalizada, que teve como desdobramentos, o aumento do desemprego, a informatização do trabalho, entre outros.

Sendo a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, que o mercado de trabalho brasileiro foi fortemente flexibilizado, sob justificativa de que este era um mercado rígido, com relações de trabalho ultrapassadas, e com isto

incapaz de acompanhar as expectativas do aumento da competitividade nacional. Outra justificativa corrente acerca do desemprego está na desqualificação da força de trabalho e seus baixos níveis de empregabilidade.

Tabela 03 - Especificação acerca do tempo que é voluntário no GAPO, segundo os profissionais entrevistados

PERÍODO	Nº	%
6 meses a 2 anos	5	56
2 anos a 3 anos	2	22
de 4 a 5 anos	1	11
de 5 a 6 anos	1	11
TOTAL	9	100

Fonte: Pesquisa realizada no GAPO em Campina Grande/PB (2010)

Indagadas acerca do tempo em que está como voluntária no GAPO, obtivemos o seguinte resultado: 56% declaram que estão entre 6 meses a 2 anos, seguido de 22% das entrevistadas que tem entre 2 a 3 anos. Outra parcela representando 11% estão como voluntárias no período compreendido entre 4 a 5 e com o mesmo percentual (11%), estão entre 5 a 6 anos.

Nesse contexto, constatamos que a maior parcela é de voluntárias com pouco tempo, sendo pessoas que se tornam voluntárias à convite dos próprios componentes, associado ao fato de ter convivido de certa forma com o GAPO acompanhando pacientes atendidos pelo mesmo, ou que foram usuárias desse serviço.

No entanto, quando indagadas acerca de como tornaram-se voluntárias do GAPO, 100% das entrevistadas revelaram que foi por convite dos profissionais que já eram voluntários, conforme as falas a seguir:

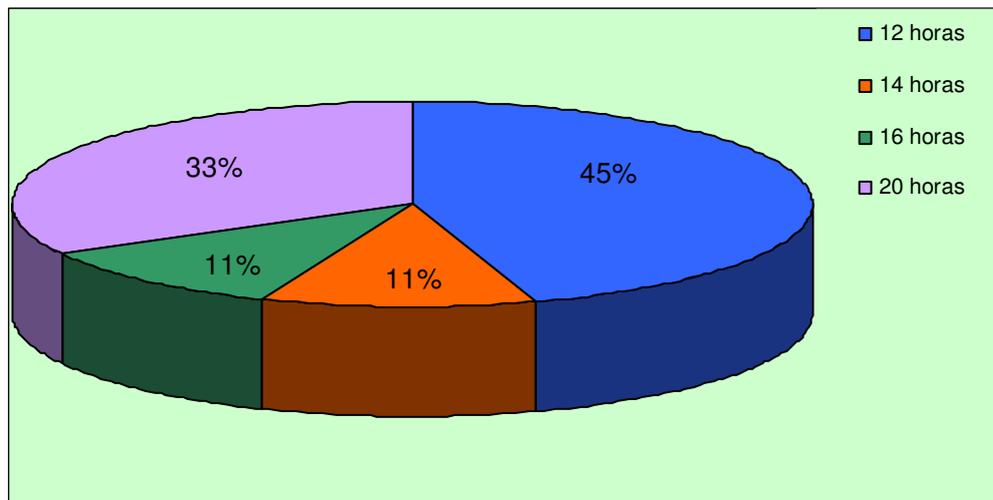
Recebi o convite para me tornar voluntário do GAPO quando participava da reunião mensal junto com os pacientes [...] (Entrevista 07).

Me tornei voluntário a convite da presidente do GAPO [...] (Entrevista 06).

Recebi o convite da psicóloga para ser voluntária (Entrevista 05).

Devemos ressaltar que aquelas que estão a mais tempo (entre 4 a 6 anos) ocupam cargos de coordenação no GAPO.

Gráfico 04 - Especificação do total da carga horária dos profissionais voluntários no GAPO, segundo os entrevistados



Fonte: Pesquisa realizada no GAPO em Campina Grande/PB (2010)

No que diz respeito a carga horária das entrevistadas, constatamos que há uma predominância de 45% referente a 12 horas prestadas semanalmente. Enquanto 33% revelaram ter uma carga horária de 20 horas por semana, seguida de 11% que indicam 16 e outros 11% de 14 horas.

Perante ao exposto, observamos que é diferenciada a quantidade de horas que as voluntárias disponibilizam ao GAPO, o que necessariamente está relacionado a função desenvolvida no GAPO, pois geralmente as que disponibilizam mais horas fazem parte de alguma coordenação.

No que se refere aos motivos que levaram as profissionais voluntárias a participarem do GAPO, constatamos que 45% das entrevistadas, ou seja a maioria, relataram que foi o de buscar ajudar ao próximo, como depoimento abaixo:

Foi porque tinha muita vontade de ajudar ao próximo (Entrevistado 08).

De acordo com Garay (2001), geralmente a vontade do indivíduo em querer ser um voluntário está associada a valores religiosos, caridade e assistencialismo, no qual ele nutre o desejo de ser útil e de sentir-se importante, de cumprir uma missão social e de fazer o bem.

Vale ressaltar ainda, que tal depoimento também perpassa o discurso de solidariedade que nos é imposto atualmente, pois diante das múltiplas expressões

da questão social, o indivíduo se sente na obrigação de contribuir para com a minimização das atuais injustiças sociais.

Por outro lado, 22% das voluntárias entrevistadas revelaram que os motivos estão voltados a cumprir uma questão de cidadania, conforme pode ser verificado a seguir:

Resolvi ser voluntária por compromisso com a cidadania (Entrevistado 01).

Diante do motivo exposto acima, podemos entender que muitas das voluntárias se sentem na obrigação de contribuir para com a diminuição dos problemas sociais, sendo este um dever do Estado, que atualmente tem suas funções minimizadas no que se refere ao social e transfere parte de suas responsabilidades para a sociedade civil.

Outras 11% revelaram que depois da aposentadoria, resolveram dedicar-se ao trabalho voluntário, vez que, afastada do mercado de trabalho teria tempo suficiente para realizar tal trabalho, conforme pode ser evidenciado.

Depois da aposentadoria fiquei com bastante tempo disponível e aí optei pelo trabalho voluntário (Entrevistado 02).

Constatamos ainda que 11% tiveram como motivo a sua identificação por ter sido usuária do GAPO e sentiu-se estimulada em compartilhar sua experiência, decidindo ser uma voluntária da instituição.

E por fim, 11% das entrevistadas revelaram que receberam convite para participar como voluntária e acabaram se identificando com o trabalho no brechô do local e a partir dessa experiência tornaram-se voluntárias.

Portanto, de acordo com os resultados obtidos evidencia-se que a maioria das entrevistadas tornaram-se voluntárias por motivações relacionadas ao altruísmo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos e analisados no nosso estudo, foi possível constatar que na realidade do GAPO, todos os seus profissionais são voluntários, do sexo feminino, o que podemos inferir que as mulheres se sensibilizam e se comprometem com a causa dos pacientes oncológicos.

Constatamos ainda, que o voluntariado da referida instituição apresenta faixa etária, estado civil, nível de escolaridade e inserção variada no mercado de trabalho, indicando um perfil com características heterogêneas.

Ao analisar os motivos que mobilizaram os profissionais do GAPO em direção ao trabalho voluntário, constata-se, em linhas gerais, dois aspectos fundamentais, quais sejam: um de cunho pessoal, em que perpassa a vontade de ajudar o próximo, com doação de tempo e esforço como resposta a algum tipo de inquietação interior que é levada à prática, e o outro de cunho social, onde há uma tomada de consciência dos problemas ao se enfrentar com a realidade, o que leva à luta reforçada pelo ideal, as crenças, os sistemas de valores, e o compromisso com determinadas causas que são componentes vitais para o engajamento como voluntários.

Na verdade, os motivos sinalizados pelas entrevistadas são diversos, mas a maioria sinaliza para a “vontade de ajudar o próximo”, como motivo principal para a realização do trabalho, ou seja, motivações eminentemente altruístas.

Sabe-se que altruísmo e solidariedade são valores morais socialmente constituídos e compreendidos como virtude do indivíduo. Tendo ainda caráter religioso, voltado para crenças de salvação da alma e na perspectiva social e política, pressupõe-se que tais valores contribuem para a manutenção da ordem social e pelo “progresso do homem”.

Independente dos motivos que levaram as mulheres, sujeitos da nossa pesquisa a serem voluntárias do GAPO, enquanto estagiárias, pudemos perceber no decorrer do nosso estágio supervisionado que todas as profissionais são muito comprometidas e buscam atingir os objetivos e finalidades junto aos usuários. Vale ressaltar que as dificuldades e desafios são constantes, principalmente em relação as condições financeiras, pois todos os seus recursos são oriundos de doações.

Assim, podemos concluir afirmando que não há dúvidas que os serviços ofertados pelo GAPO e outras organizações não lucrativas e filantrópicas são importantes na vida daqueles que necessitam. Entretanto, algo mais é necessário para concretizar direitos, por exemplo, políticas públicas efetivas que viabilizem crescimento pessoal, gerando oportunidades de inserção social e econômica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jairo M. **Um conceito de voluntário em serviço social na perspectiva fenomenológica**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1981.

CARLONI, Sandra N. La **Accion voluntaria en la construccion de la realidad**. 1998. Dissertação (Mestrado em Serviço social) – Faculdade de Serviço social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “questão social” no Brasil**: crítica ao discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Retratos do Brasil; v. 162).

PEREIRA, J. D. **Reflexões acerca do terceiro setor e seus rebatimentos nas políticas sociais e no serviço social**. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2004.

FERNANDES, Rubens C. **Privado, porém público**: o terceiro setor na América Latina. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume- Dumaré, 1994.

FERRAREZI, Elizabeth; REZENDE, Valéria. **OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público**: a lei 9.970/99 como uma alternativa para o terceiro setor. Brasília: Comunidade Solidária, 2002.

FERREIRA, Francisco de Paula. **Dicionário de bem-estar social**. São Paulo: Cortez, 1982.

GESET. Gerência de Estudos Setoriais. **Terceiro setor e o desenvolvimento social**. Disponível em: <http://BNDES.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2001.

GOLDBERG, R. **Como as empresas podem implementar programas de voluntariado**. São Paulo: Instituto Ethos, 2001.

KOHAN, Felisa Favelukes de. **Voluntariado**: capacitación básica, planificación y organización de servicios voluntários para La accsion social. Buenos Aires, 1971.

MASLOW, A. **Motivation and personality**. 3 ed. New York, 1987.

MEISTER, J. A. F. **Voluntariado**: uma ação com sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo, Cortez, 2007.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Manual sobre Instituições Sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais**. New York, 2002.

ROTHGIESSER, Tanya L. **Sociedade civil brasileira e o terceiro setor**. Disponível em: <<http://www.terceirosetor.org.br/>> Acesso em: 20 out. 2002.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.3).

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VESCE, G. E. P. **Altruísmo**. Disponível em: <www.infoescola.com/psicologia/altruismo> Acesso em: 18 de julho de 2011.

BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

APÊNDICES

Apêndice A



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Projeto: Análise dos motivos que levaram os profissionais do “grupo de apoio aos pacientes oncológicos” a serem voluntários

Aluna: Janaina de Cássia da Costa Assis

Prof^a.: Alecsonia Pereira Araujo

QUESTIONÁRIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1 Sexo:

() Masculino

() Feminino

2 Idade: _____

3 Grau de Escolaridade:

() Ensino fundamental completo () Ensino fundamental incompleto

() Ensino médio completo () Ensino médio incompleto

() Superior completo () Superior incompleto

4 Formação em que área? Ano de formação?

5 Trabalhou ou trabalha em alguma instituição? Qual?

6 É remunerado?

() Sim ()

() Não

7 Inserção no mundo do trabalho:

() Formal

() Informal

() Desempregado

() Outros

8 Estado Civil:

() Solteiro

() Casado

() Outros

9 Filhos:

() Sim

() Não

Quantos? _____

10 Há quanto tempo trabalha como voluntário (a) nesta instituição?

11 Carga horária na instituição?

12- Como você se tornou voluntário (a) do GAPO?

13- Qual o motivo que o levou a ser voluntário (a) do GAPO?

Campina Grande/PB, _____ / _____ /20_____